

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.776 - RJ (2019/0297883-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MARCELO HENRIQUE DA CRUZ CORREA (PRESO)
ADVOGADO : LUIS FELIPE DE ARAÚJO SOARES ANDRADA - RJ172839
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por MARCELO HENRIQUE DA CRUZ CORREA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0062791-73.2018.8.19.0000, de relatoria do Desembargador Claudio Tavares de Oliveira Junior).

Depreende-se dos autos que o recorrente cumpre pena de 18 anos e 10 meses de reclusão. No curso da execução penal, o Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital/RJ indeferiu o pedido de concessão de livramento condicional (e-STJ fls. 26/28).

Impetrado *habeas corpus* visando o deferimento do benefício, o Tribunal de Justiça *a quo* não conheceu do writ, dando ensejo ao RHC n. 107.748/RJ, que foi provido "*para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro aprecie o mérito do habeas corpus originário como entender de direito*".

Em nova apreciação, a Corte de origem denegou a ordem (e-STJ fls. 212/214).

No presente recurso, o recorrente defende que preenche os requisitos para a concessão do livramento condicional. Alega que cumpriu o requisito objetivo em 2004, que tem bom comportamento carcerário e que seus exames criminológicos são favoráveis. Ao final, requer o deferimento do benefício.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da execução penal e ao Tribunal de Justiça, bem como o envio das decisões proferidas nos autos da ação penal, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator